



CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR-FISCAL DA
RECEITA FEDERAL - AFRF - 2003

GABARITOS (antes dos recursos)

Prova 2 - Comum a todas as áreas (aplicada em 30/11/2003 - DOMINGO - TARDE)					
01 - C	11 - B	21 - C	31 - E	41 - D	51 - A
02 - C	12 - A	22 - A	32 - D	42 - E	52 - D
03 - B	13 - E	23 - A	33 - B	43 - A	53 - E
04 - B	14 - C	24 - B	34 - A	44 - C	54 - C
05 - D	15 - A	25 - C	35 - B	45 - B	55 - B
06 - E	16 - C	26 - A	36 - E	46 - C	56 - A
07 - A	17 - D	27 - D	37 - E	47 - E	57 - D
08 - E	18 - A	28 - B	38 - C	48 - B	58 - E
09 - B	19 - E	29 - E	39 - D	49 - A	59 - C
10 - D	20 - D	30 - D	40 - C	50 - D	60 - B

Prova 3 - (aplicada em 29/11/2003 - SÁBADO)

Área: Auditoria						Área: Aduana					
01 - E	11 - D	21 - E	31 - B	41 - C	51 - B	01 - E	11 - B	21 - C	31 - A	41 - A	51 - B
02 - B	12 - A	22 - C	32 - A	42 - E	52 - E	02 - D	12 - D	22 - E	32 - E	42 - D	52 - D
03 - D	13 - B	23 - A	33 - D	43 - B	53 - C	03 - B	13 - A	23 - C	33 - C	43 - B	53 - C
04 - A	14 - E	24 - E	34 - C	44 - D	54 - A	04 - E	14 - C	24 - D	34 - A	44 - C	54 - E
05 - C	15 - C	25 - B	35 - E	45 - C	55 - E	05 - A	15 - E	25 - E	35 - C	45 - D	55 - A
06 - D	16 - A	26 - D	36 - D	46 - A	56 - C	06 - C	16 - C	26 - A	36 - C	46 - E	56 - D
07 - E	17 - E	27 - B	37 - A	47 - B	57 - A	07 - B	17 - A	27 - B	37 - A	47 - B	57 - C
08 - A	18 - C	28 - D	38 - D	48 - D	58 - E	08 - D	18 - E	28 - D	38 - B	48 - D	58 - E
09 - C	19 - B	29 - A	39 - B	49 - C	59 - D	09 - B	19 - D	29 - B	39 - B	49 - B	59 - E
10 - B	20 - D	30 - C	40 - E	50 - A	60 - B	10 - A	20 - C	30 - A	40 - E	50 - A	60 - D

Área: Pol. e Administração Tributária					
01 - E	11 - D	21 - E	31 - C	41 - A	51 - E
02 - C	12 - B	22 - A	32 - E	42 - B	52 - B
03 - B	13 - D	23 - B	33 - A	43 - E	53 - D
04 - A	14 - C	24 - A	34 - D	44 - D	54 - A
05 - C	15 - E	25 - C	35 - B	45 - C	55 - E
06 - A	16 - A	26 - D	36 - C	46 - D	56 - C
07 - D	17 - A	27 - B	37 - E	47 - C	57 - A
08 - B	18 - E	28 - E	38 - B	48 - A	58 - B
09 - E	19 - C	29 - D	39 - C	49 - D	59 - D
10 - D	20 - B	30 - C	40 - E	50 - B	60 - A



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
2003

**Auditor-Fiscal da Receita
Federal**

Auditoria P.3

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas** incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Avançada	01 a 30	2
Auditoria	31 a 60	

Boa Prova !

CONTABILIDADE AVANÇADA

Com as instruções fornecidas a seguir, responder às questões de nºs 01 a 03.

- I. A Cia. Boa Vista, companhia atuante no mercado imobiliário, em 20.10.20x1 faz uma aplicação financeira em Títulos e Valores Mobiliários de R\$ 500.000, resgatável em 180 dias pelo valor de R\$ 590.000, com Imposto de Renda Retido na Fonte de 10%;
- II. O imposto retido é compensável com o Imposto de Renda devido sobre o lucro apurado no período fiscal;
- III. O período contábil da empresa, estabelecido em seu estatuto, abrange o intervalo de tempo entre 01.01 a 31.12 de cada ano.

01- O valor a ser incorporado como custo de aquisição da operação é

- a) R\$ 590.000
- b) R\$ 536.000
- c) R\$ 534.000
- d) R\$ 530.000
- e) R\$ 500.000

02- Se a empresa utilizar o critério linear para apropriação dos rendimentos gerados por esta operação, é correto afirmar que:

- a) o valor proporcional ao Imposto de Renda Retido na Fonte deve ser computado em conta corretiva do ativo.
- b) em 31.12.20x1 a empresa deverá ter registrado como resultado do exercício, em conta de Receitas Financeiras, 2/5 dos rendimentos contratados.
- c) os rendimentos contratados somente serão apropriados ao resultado da empresa na ocasião do vencimento da aplicação.
- d) a empresa deverá registrar como Resultado de Exercícios Futuros o valor total dos rendimentos contratados na ocasião da contratação e efetivação da operação.
- e) a Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31.12.20x1 dessa empresa deverá ser afetado por receitas financeiras correspondentes a 19,01% dos rendimentos.

03- Em 31.12.20x1 o valor de mercado dos títulos que lastreiam essa aplicação temporária era de R\$ 532.000 e as despesas de negociação e corretagem R\$ 2.000. Em casos como este o procedimento contábil a ser efetivado seria:

- a) computar o rendimento efetivo de R\$ 27.000, já deduzido do Imposto de Renda retido na fonte, registrando o valor apurado em conta do ativo.
- b) debitar em conta de ativo o ajuste de R\$ 32.000 correspondente ao valor de mercado dos títulos a crédito de conta de receita financeira.
- c) evidenciar em notas explicativas o ganho efetivo de R\$ 30.000 em função do custo de oportunidade da empresa em relação a essa aplicação.
- d) efetuar o provisionamento de R\$ 6.000 para atender o ajuste ao valor de mercado, forma de avaliação aplicada a este tipo de ativo.
- e) registrar o ganho de R\$ 4.000 resultantes da comparação entre o valor pago na data do balanço e o valor contábil da aplicação.

04- Na avaliação de ativos financeiros temporários, quando da não existência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro, a resolução CVM 235/95 considera como uma das formas de identificar o valor de mercado, aquele que:

- a) se pode obter com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares, em um mercado ativo.
- b) seria obtido com a negociação em um mercado ativo que corresponda a um processo de liquidação.
- c) seria obtido em uma transação entre comprador e vendedor cujo valor corresponda ao valor futuro dos fluxos de caixa futuros.
- d) representa o valor correspondente ao valor líquido futuro ajustado com base na taxa média de juros vigentes projetada para o vencimento do título.
- e) se pode obter com a negociação em um mercado ativo que corresponda a uma transação compulsória.

05- São atributos necessários para identificar a existência dos ativos Permanente Investimento

- a) constituírem direitos de qualquer natureza, essência ou forma destinados à continuidade da empresa.
- b) representarem direitos de qualquer natureza, essência ou forma destinados ao desenvolvimento da atividade principal da empresa.
- c) não possuírem a característica de realização e não se destinarem à manutenção da atividade da empresa.
- d) serem destinados ao desenvolvimento da atividade principal da empresa e à capacidade de transformação em moeda.
- e) somente representarem direitos não destinados à utilização no desenvolvimento da atividade principal da empresa.

Para responder às questões de nºs 06 e 07 considere a situação descrita a seguir.

A Cia. Boreal, empresa agrícola atuante nesse mercado há 22 anos, no início de 1997 participa como acionista na constituição da Cia. Beneficiadora de Cereais, cujo capital social é totalmente integralizado e formado por 1.200.000 ações distribuídas, de acordo com os limites legais, em ações ordinárias e preferenciais com valores nominais de R\$10,00 cada uma. No início de 2003 a diretoria da Cia. Boreal, obedecendo a seu planejamento estratégico para expansão, decide fazer uma proposta de aquisição para o controle acionário da Cia. Transportadora Carga Pesada que, no momento, passa por problemas de gestão, apesar de ter sido constituída em janeiro de 2002, dentro dos limites máximos de classes de ações permitidos pela legislação da época. Com capital social representado por 900.000 ações ordinárias e preferenciais com valor unitário de R\$10,00/ação, seus acionistas estão dispostos a negociar a venda do controle acionário pelo valor nominal das ações desde que essa operação seja realizada a vista.

06- Com base nas informações acima, indique o valor mínimo que a Cia. Boreal deveria pagar para tornar-se a controladora da empresa transportadora.

- a) R\$ 4.500.000
- b) R\$ 3.000.010
- c) R\$ 3.000.000
- d) R\$ 2.250.010
- e) R\$ 1.500.000

07- Para possuir a preponderância nas deliberações sociais de modo permanente e com segurança na Cia. Beneficiadora de Cereais, a Cia. Boreal deve possuir pelo menos:

- a) 50% do capital total da investida.
- b) 40% das ações totais da investida.
- c) 33,3% do patrimônio líquido da investida.
- d) 25% das ações ordinárias da investida.
- e) 16,7% do capital votante da investida.

08- Indique a opção que não corresponde a procedimentos exigidos pela Instrução CVM 247/96 para a determinação da base de cálculo da equivalência patrimonial.

- a) O resultado positivo incluído no lucro apurado de companhia investidora que corresponda à inclusão no custo de aquisição de ativos imobilizados no balanço patrimonial da controlada.
- b) O resultado positivo incluído no lucro apurado de companhia controlada que corresponda à inclusão no custo de aquisição de estoques de matérias-primas no balanço patrimonial da investidora.
- c) O lucro não realizado incluído no lucro apurado de companhia controlada que corresponda à inclusão no custo de aquisição de bens não de uso no balanço patrimonial de outra empresa coligada.
- d) O resultado positivo incluído no lucro apurado de companhia controlada que corresponda à inclusão no custo de aquisição de ativos imobilizados no balanço patrimonial da investidora.
- e) O resultado positivo incluído no lucro apurado de companhia controlada que corresponda à inclusão no custo de aquisição de ativos imobilizados no balanço patrimonial de outra controlada.

09- A Cia. ABC adquire 2% do total de ações da Cia. Lavandisca. Na ocasião da operação, o preço acordado envolvia o valor das ações e dividendos adquiridos, relativos a saldos, de Reservas e Lucros Acumulados, pré-existentes e ainda não distribuídos. No momento em que ocorrer o efetivo pagamento dos dividendos referentes a esses itens, o tratamento contábil dado a esse evento deverá ser:

- a) creditar o valor correspondente a esse dividendo em conta de receita não operacional em contrapartida do registro do ingresso do recurso no caixa.
- b) ajustar o resultado do exercício e creditar o valor correspondente a esse dividendo em conta de deságio em aquisição de investimentos permanentes em contrapartida do registro do ingresso do recurso no caixa.
- c) lançar o valor correspondente a esse dividendo a crédito da conta participação societária em contrapartida do registro do ingresso do recurso no caixa.
- d) registrar os dividendos recebidos como receita operacional em contrapartida ao lançamento de débito na conta caixa.
- e) considerar o valor recebido como receita não operacional e debitando em contrapartida da conta ágio em investimentos societários.

10- Entre as afirmativas a seguir, indicar aquela que faz parte dos procedimentos efetuados pela investidora para a determinação do valor da equivalência patrimonial.

- a) Reconhecer os efeitos decorrentes de classe de ações com direito preferencial ou não de dividendo fixo, dividendo cumulativo e com diferenciação na participação de lucros.
- b) Reconhecer os efeitos decorrentes de classe de ações com direito preferencial de dividendo fixo, dividendo cumulativo e com diferenciação na participação de lucros.
- c) Eliminar os efeitos decorrentes da diversidade de critérios contábeis, excetuando, quando se referir a investimento no exterior.
- d) Verificar os efeitos decorrentes de eventos não relevantes ocorridos no caso das demonstrações contábeis de mesma data e efeitos postecipados.
- e) Admitir a exclusão do montante correspondente às participações recíprocas quando estas apresentarem caráter eventual e irrelevância.

11- A diferença verificada, ao final do período, entre o valor da participação societária relevante de companhia aberta e o resultante da aplicação do percentual de sua participação no patrimônio líquido da empresa investida, é registrado como item do resultado operacional quando corresponder:

- a) a eventos que provoquem diminuição do percentual de participação no capital da investida se esta for uma coligada.
- b) a aumento no patrimônio líquido da empresa coligada decorrente da reavaliação de seus ativos.
- c) a eventos resultantes de aumentos do percentual de participação no capital social da empresa controlada.
- d) a variação cambial de investimento em coligada ou controlada e controlada no exterior.
- e) a diminuições do patrimônio líquido de coligadas provocadas por reavaliações de ativos.

12- A Cia. Jovial, controlada da Cia. Época, em um determinado exercício reconhece como ajustes de exercícios os efeitos relevantes decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil. Neste caso, a controladora que avalia seu investimento pelo método de equivalência patrimonial, deverá:

- a) registrar o efeito correspondente à sua participação em seu resultado como item operacional.
- b) proceder à realização de assembléia extraordinária e dar conhecimento aos acionistas minoritários do fato ocorrido na controlada.
- c) apenas efetuar a evidenciação do fato em notas explicativas e constar em ata de assembléia extraordinária.
- d) lançar também como Ajustes de Exercícios Anteriores o valor proporcional à sua participação societária.
- e) apenas fazer a evidenciação do fato em notas explicativas, tendo em vista que o fato não afeta o seu resultado.

13- A Cia. Jaguaribe, em 01.03.2000, recebe em doação, do município x, um terreno industrial avaliado em R\$ 250.000, para instalar uma nova unidade fabril. Essa operação, prevista no planejamento estratégico da empresa no item expansão, envolve um investimento total de 15,5 milhões com previsão para entrar em operação nos próximos dois anos. Indique o procedimento contábil que a Cia. Boa Sorte, detentora de 60% do capital votante dessa empresa, deverá ter em relação à doação do bem.

- a) Aplicar o percentual de participação no capital da controlada e registrar o valor apurado como Reserva de Lucros a Realizar.

15- Na verificação de participação recíproca em operações de incorporação, o procedimento exigido pela Lei 6.404/76 será:

- a) a empresa incorporada deverá alienar, no período de seis meses, a parcela de ações ou quotas que não excederem o valor dos lucros e reservas.
- b) somente a empresa incorporadora deverá publicar o fato em jornal de grande circulação no local onde estiver sediada, justificando a natureza e o valor da operação.
- c) mencionar o fato nos relatórios e demonstração financeira de ambas as sociedades e eliminar esse tipo de participação, no prazo máximo de um ano.
- d) mencionar esse fato apenas no relatório da administração, justificando a necessidade da operação e indicando as classes e valor nominal das ações envolvidas.
- e) alienar, no período de seis meses, a parcela de ações ou quotas que não excederem o valor dos lucros acumulados da incorporadora.

16- A divulgação de transações com partes relacionadas deixa de ser imprescindível em situações envolvendo

- a) saldos eliminados em demonstrações consolidadas.
- b) transferência de direitos de propriedade industrial.
- c) fianças e hipotecas concedidas em favor de controladas.
- d) avais e fianças concedidos em favor de coligadas.
- e) limitações mercadológicas ou tecnológicas.

17- A empresa Chuí S.A. possui investimentos na empresa Oiapoque S.A., tendo, de acordo com as determinações da Lei das Sociedades por Ações, a obrigatoriedade de efetuar a consolidação. No ano de 2002 a empresa Chuí adquiriu da empresa Oiapoque R\$100.000,00 de fios elétricos para reformar suas instalações. Pressupondo que este lucro será eliminado e nunca mais realizado, pode-se:

- a) eliminar agora o Imposto de Renda e a contribuição social sobre ele incidente.
- b) excluir definitivamente o Imposto de Renda e a contribuição social pois não são devidos.

- c) excluir o Imposto de Renda e manter a contribuição social como despesa do período.
- d) manter o Imposto de Renda e eliminar a contribuição social das demonstrações.
- e) manter o Imposto de Renda e a contribuição social pois ambos são despesas do período.

18- A empresa Fortaleza S.A. consolida em suas demonstrações financeiras a empresa controlada Rio Branco S.A. No ano de 2002 a empresa Fortaleza comprou da empresa Rio Branco S.A. mercadorias para revenda no valor de R\$ 10.000.000,00, que ainda permanecem em seus estoques. Considerando uma alíquota de 25% de Imposto de Renda e 9% da Contribuição Social, totalizando 34%, indique o lançamento a ser efetuado no Balanço Patrimonial Consolidado, relativo ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

- a) Nenhum, pois o Imposto de Renda e a Contribuição Social são despesas do Período.
- b) Débito de Lucros Acumulados e Crédito do Passivo Circulante no valor de R\$ 3.400.000,00.
- c) Débito no Ativo Circulante e Crédito nos Lucros Acumulados no valor de R\$ 3.400.000,00.
- d) Débito no Passivo Circulante e Crédito nos Lucros Acumulados no valor de R\$ 3.400.000,00.
- e) Débito de Ativo Realizável a Longo Prazo e Crédito de Passivo Circulante no valor de R\$ 2.500.000,00, pois somente o Imposto de Renda deve ser eliminado.

19- É fator condicional para a efetivação das condições aprovadas, de operação de fusão se os peritos nomeados determinarem que o valor dos patrimônios líquidos vertidos para a formação do novo capital social seja:

- a) inferior a 20% do capital preferencial das empresas envolvidas.
- b) pelo menos, igual ao montante do capital a realizar.
- c) no máximo 50% do capital ordinário anterior de cada uma das empresas.
- d) inferior ao total do capital preferencial anterior de cada uma das empresas.
- e) totalmente integralizado e superior a 50% do capital ordinário.

20- A Cia. Alternativa emitiu debêntures 1998, que ainda estavam em circulação em 2000, ano em que essa empresa passa por um processo de cisão. Com relação à integridade dos direitos dos debenturistas, pode-se afirmar que:

- a) os sócios dissidentes do processo de cisão responderão pelo prazo de 5 anos pelo valor de resgate das debêntures.
- b) a responsabilidade pelo resgate das debêntures somente poderá ser repassada aos acionistas ordinários que permanecerem nas novas sociedades.
- c) os sócios dissidentes do processo de cisão responderão pelo prazo de 10 anos pelo valor de resgate das debêntures.
- d) tanto a sociedade cindida quanto aquelas que absorveram parcelas de seu patrimônio respondem solidariamente pelo resgate das debêntures.
- e) apenas as novas sociedades surgidas do processo de cisão serão responsáveis pelo resgate das debêntures na proporção registrada em seus passivos.

21- Em casos de liquidação de sociedades não é dado poder ao liquidante, sem a expressa autorização de assembléia, de:

- a) alienar bens móveis e imóveis da empresa em liquidação.
- b) receber e dar quitação em recebíveis da empresa em liquidação.
- c) convocar assembléia geral a cada 6 meses para prestar contas das operações praticadas.
- d) representar a companhia e praticar todos os atos necessários à liquidação.
- e) prosseguir na atividade social, ainda que, para facilitar o processo de liquidação, sem a expressa autorização da assembléia geral.

Instruções para resolução das questões de nºs 22 a 28.

Em uma operação de verificação dos livros contábeis, realizada na Cia. Luanda, foi possível identificar os seguintes dados:

I - O Balanço Patrimonial dos exercícios 20x1 e 20x2

CONTAS DO ATIVO	20x1	20x2
Disponibilidades	8.000	6.000
Clientes	12.000	22.500
(-) Prov. p/ Créditos de Liq. Duvidosa	(300)	(800)
Estoques	2.000	6.500
Participações Societárias	5.300	5.300
Imóveis	12.000	12.000
Equipamentos	15.000	20.000
Veículos	20.000	20.000
(-) Depreciação Acumulada	(2.000)	(7.500)
TOTAL DO ATIVO	72.000	84.000
CONTAS DO PASSIVO+PL	20x1	20x2
Contas a Pagar	1.000	4.000
Fornecedores	9.000	6.000
Dividendos a Pagar	-----	3.000
Impostos Provisionados	1.000	2.000
Notas Promissórias a Pagar	10.000	-----
Financiamentos de Longo Prazo	16.000	22.000
Capital Social	30.000	40.000
Reservas de Lucros	4.000	0
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.000	7.000
TOTAL DO PASSIVO+PL	72.000	84.000

II - A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS/PRE-JUÍZOS AC.	TOTAL
Saldo em 31.12.20x1	30.000	4.000	1.000	35.000
Transferências p/Capital	4.000	(4.000)		0
Novas Subscrições	6.000			6.000
Incorporação do Resultado Líquido 19x2			9.000	9.000
Distribuição do Resultado				0
Dividendos			(3.000)	(3.000)
Saldo em 31.12.20x2	40.000	0	7.000	47.000

III - Itens da Demonstração de Resultado do Exercício

Itens Adicionais	20x1	20x2
Vendas	100.000	152.000
CMV	64.000	82.000
Despesas totais do período	34.000	59.000
Resultado antes do IR	2.000	11.000
Variações Cambiais Passivas	---	6.000
Despesas de Depreciações	2.000	5.500
Provisão p/ pagamento do Imposto de Renda	1.000	2.000
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	300	800

IV - Outras informações adicionais

- As Notas Promissórias vencem em 180 dias.
- Os financiamentos foram contratados junto ao Banco ABC em 30.12.20x1 pelo prazo de 8 anos, com carência de 3 anos e juros de 5% anuais, pagáveis ao final de cada período contábil. O saldo devedor é corrigido pela variação da moeda x, com pagamento do principal em 5 parcelas anuais após o período de carência.

Com base unicamente nos dados fornecidos, responder às questões de números 22 a 28.

22- O valor dos ingressos de caixa gerado pelas vendas no período examinado foi:

- a) 159.500
- b) 150.000
- c) 141.200
- d) 139.500
- e) 139.200

23- Examinando os dados, verifica-se que a empresa pagou aos fornecedores o valor de:

- a) 89.500
- b) 86.500
- c) 85.000
- d) 82.000
- e) 75.500

24- Com base nos dados identificados, pode-se afirmar que a saída de caixa para o pagamento de despesas foi:

- a) 52.700
- b) 50.700
- c) 44.700
- d) 45.500
- e) 43.700

25- No período a empresa efetuou compras de estoques no valor de:

- a) 89.500
- b) 86.500
- c) 85.000
- d) 82.000
- e) 75.500

Rascunho

26- Com os dados fornecidos e aplicando o método indireto para elaborar o fluxo de caixa, pode-se afirmar que a contribuição do resultado ajustado para a formação das disponibilidades é:

- a) 21.300
- b) 12.000
- c) 17.500
- d) 20.500
- e) 6.000

27- O valor dos itens de Investimentos que contribuíram para a variação das disponibilidades é:

- a) (5.500)
- b) (5.000)
- c) (500)
- d) 5.000
- e) 5.500

28- O valor do caixa líquido consumido nas atividades operacionais é:

- a) (9.300)
- b) (8.000)
- c) (3.000)
- d) 7.000
- e) 9.000

29- Representam operações que não afetam o fluxo de caixa:

- a) recebimento por doação de terrenos e depreciações lançadas no período.
- b) aquisição de bens não de uso e quitação de contrato de mútuo.
- c) alienação de participações societárias e depreciações lançadas no período.
- d) amortizações efetuadas no período de diferidos e venda de ações emitidas.
- e) repasse de recursos para empresas coligadas e aquisição de bens.

30- Na elaboração do fluxo de caixa são classificáveis como atividade de financiamento:

- a) desembolso por empréstimos concedidos a empresas coligadas e controladas.
- b) aquisição de máquinas, veículos ou equipamentos através de contrato de arrendamento mercantil.
- c) recebimento de contribuições de caráter permanente para aquisição de terrenos para expansão da capacidade instalada da empresa.
- d) venda de ações emitidas e recebimento de valores decorrentes da alienação de participações societárias.
- e) recebimento de juros sobre empréstimos concedidos a outras empresas.

Rascunho

AUDITORIA

31- A ética profissional é condição para o exercício de qualquer profissão. Na execução do trabalho de auditoria, o auditor externo deve atender aos seguintes princípios éticos profissionais:

- a) integridade, eficiência, confidencialidade e dependência
- b) independência, integridade, eficiência e confidencialidade
- c) dependência, integridade, imparcialidade e ineficiência
- d) confidencialidade, integridade, eficiência e negligência
- e) eficiência, confidencialidade, integridade e parcialidade

32- A escolha do auditor nas Sociedades Anônimas é de competência:

- a) do Conselho de Administração
- b) do Conselho Consultivo
- c) do Conselho Fiscal
- d) da Comissão de Valores Mobiliários
- e) da Diretoria Executiva

33- A empresa Restrição S.A. contratou empresa de auditoria independente somente para emitir parecer sobre seu Balanço Patrimonial. A empresa disponibilizou acesso ilimitado a todas as áreas da empresa, a todos os relatórios, registros, dados, informações e demais demonstrações contábeis, de forma a serem possíveis todos os procedimentos de auditoria. Assim, podemos classificar esta auditoria como sendo:

- a) uma limitação na extensão do trabalho.
- b) um trabalho de objetivo ilimitado.
- c) uma indeterminação na extensão do trabalho.
- d) um trabalho de objetivo limitado.
- e) uma restrição na extensão do trabalho.

34- Dadas as situações a seguir, identifique, na respectiva ordem, quais os tipos de parecer de auditoria mais adequados a cada situação:

- I. O auditor constatou que a empresa Alpha S.A. somente faturava parte de suas mercadorias vendidas e que boa parte das mercadorias compradas entravam sem documentação hábil.

II. O auditor constatou que a empresa Beta S.A. não estava reconhecendo os juros e variações monetárias de seus contratos de financiamentos junto ao Banco Empresta Tudo S.A., efetuando a contabilização somente no pagamento do empréstimo.

III. O auditor, ao executar os trabalhos na empresa Gama S.A., encontrou divergências no cálculo da provisão para contingências trabalhistas. Ao analisar a relevância dos números, percebeu que os mesmos não afetavam as demonstrações contábeis.

IV. O auditor, ao avaliar as demonstrações financeiras da empresa Omega S.A., não conseguiu compor o saldo das contas de financiamentos concedidos, nem das contas de investimentos.

- a) com ressalva, adverso, abstenção de opinião e sem ressalva
- b) adverso, abstenção de opinião, sem ressalva e com ressalva
- c) adverso, com ressalva, sem ressalva e abstenção de opinião
- d) abstenção de opinião, sem ressalva, com ressalva e adverso
- e) abstenção de opinião, com ressalva, sem ressalva e adverso

35- Assinale a assertiva correta quanto às características da auditoria interna e externa.

- a) A auditoria interna é independente da empresa e a auditoria externa deve realizar testes nos controles internos e modificá-los quando necessário.
- b) A auditoria interna é obrigatória, conforme determina a Lei 6.404/76, e a auditoria externa deve disponibilizar seus papéis de trabalho sempre que solicitados.
- c) A auditoria interna tem como objetivo atender à gestão da empresa e a auditoria externa atender às necessidades da diretoria da empresa.
- d) A auditoria interna não avalia os controles internos e a auditoria externa os elabora, modifica e implanta na empresa auditada.
- e) A auditoria interna tem como objetivo a revisão das atividades da empresa continuamente e a auditoria externa é independente em todos os aspectos.

- 36- A qualidade nos trabalhos da auditoria independente é essencial para a boa condução dos trabalhos e para emissão do parecer. Assim, em que periodicidade os auditores independentes devem se submeter à revisão dos controles de qualidade internos, por outros auditores independentes com estrutura compatível, conforme determinação do CFC, IBRACON e CVM?
- 1 ano
 - 2 anos
 - 3 anos
 - 4 anos
 - 5 anos
- 37- O auditor externo deve recusar o serviço de auditoria, sempre que:
- possuir ações ou debêntures da entidade auditada.
 - for independente em relação à entidade auditada.
 - tiver conhecimento da atividade da entidade auditada.
 - identificar e compreender as atividades da empresa.
 - estiver capacitado para exercer o trabalho.
- 38- É evidência de independência do auditor externo:
- parentesco com administrador, acionistas ou sócios da empresa auditada.
 - participação direta ou indireta como sócio ou acionista da empresa auditada.
 - ser representante comercial da empresa auditada sem vínculo empregatício.
 - ter sido empregado há mais de três anos da empresa auditada.
 - fixar honorários condicionados ao tipo de parecer a ser emitido.
- 39- O auditor externo, ao utilizar o trabalho de terceiros para complementar seus trabalhos, não terá responsabilidade quando executado por:
- contador na função de auditor interno da empresa auditada para a qual realizou trabalhos.
 - perito contratado pelo cliente para elaboração de laudo de reavaliação de ativos.
 - consultores tributários ou advogados para complemento dos trabalhos da auditoria.
 - especialistas da área de informática para revisão dos sistemas da empresa auditada.
 - especialistas legalmente habilitados para suporte aos trabalhos da auditoria externa.
- 40- Entre as assertivas a seguir, indique a opção que não representa uma consideração relevante a ser feita no planejamento do trabalho da auditoria externa.
- O conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício anterior.
 - O conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade.
 - A natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados no trabalho.
 - O uso dos trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos.
 - O conhecimento das práticas contábeis adotadas pelos fornecedores e clientes da empresa auditada e as alterações procedidas.
- 41- O risco de controle é o risco:
- de o auditor deixar de realizar um procedimento de auditoria, que levará a divergências relevantes nas demonstrações contábeis.
 - de associar a empresa a um cliente sem credibilidade e ter sua imagem confundida com a imagem do cliente.
 - de que os sistemas contábeis e de controle interno deixem de detectar uma distorção de saldo que poderia ser relevante.
 - de que os sistemas administrativos e o auditor deixem de avaliar as demonstrações contábeis.
 - de o auditor emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre as demonstrações contábeis e estas apresentarem uma situação enganosa ao mercado.

42- A avaliação dos controles internos compreende:

- a) suposição e presunção de que os procedimentos e métodos estabelecidos e um grau razoável de segurança de que estes não estão sendo aplicados e funcionando conforme o previsto.
- b) conhecimento e compreensão dos procedimentos e métodos estabelecidos e um grau razoável de insegurança de que estes estão sendo aplicados e não estão funcionando conforme o previsto.
- c) suposição e presunção de que os procedimentos e métodos estabelecidos e um grau elevado de insegurança de que estes estão sendo aplicados e funcionando conforme o previsto.
- d) certeza e compreensão dos procedimentos e métodos estabelecidos e um grau razoável de segurança de que estes estão sendo aplicados e não funcionando conforme o previsto.
- e) conhecimento e compreensão dos procedimentos e métodos estabelecidos e um grau razoável de segurança de que estes estão sendo aplicados e funcionando conforme o previsto.

43- Na hipótese de o auditor constatar e evidenciar na análise da empresa que haja risco de continuidade, o auditor deve:

- a) guardar sigilo dos fatos contábeis, não divulgando ao público ou em nota explicativa.
- b) avaliar os efeitos nas demonstrações contábeis quanto à realização dos ativos.
- c) limitar os procedimentos e testes para realização do trabalho na empresa.
- d) evidenciar a normalidade das operações pelo prazo mínimo de seis meses.
- e) omitir do parecer de auditoria o fato para não dificultar a situação da empresa.

44- São diversos os pressupostos mínimos a serem avaliados pelo auditor na análise da continuidade da empresa, conforme determina a NBC-T 11. Dos indicadores abaixo, indique qual não representa um indicador financeiro.

- a) Índices financeiros adversos de forma contínua.
- b) Dificuldades de acertos com credores.
- c) Posição negativa de capital circulante líquido.
- d) Perda de mercado, franquia ou licença.

e) Prejuízos operacionais substanciais de forma contínua.

45- Indique a assertiva que completa as lacunas corretamente.

O auditor deve adotar procedimentos que o assegurem de que todas as _____^o _____ passivas relevantes, decorrentes de _____¹ _____, foram _____² _____ pela administração na elaboração das demonstrações _____³ _____.

- a) contas ^o, acordos judiciais ¹, omitidas ², de resultado do exercício ³
- b) inconsistências ^o, processos judiciais ¹, desconsideradas ², contábeis ³
- c) contingências ^o, processos judiciais ¹, identificadas ², contábeis ³
- d) contas ^o, processos injustos ¹, identificadas ², de resultado do exercício ³
- e) contingências ^o, processos de produção ¹, escondidas ², contábeis ³

46- O teste substantivo tem como objetivo:

- a) a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade.
- b) a suposição de evidência quanto à suficiência, exatidão e valor dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade.
- c) a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e velocidade dos dados produzidos pelo sistema de custos da entidade.
- d) a suposição de evidência quanto à suficiência, inexatidão e valor dos lançamentos produzidos pelo sistema contábil da entidade.
- e) a obtenção de evidência quanto à insuficiência, exatidão e validade dos registros produzidos pelo sistema contábil da entidade.

47- De acordo com a NBC-T 11, o auditor, ao aplicar os testes substantivos, deve objetivar obter as seguintes conclusões:

- a) existência, ocorrência, abrangência, direitos e obrigações, apresentação, cálculo e inspeção.
- b) existência, ocorrência, abrangência, direitos e obrigações, apresentação, divulgação e mensuração.
- c) existência, bens e direitos, ocorrência, abrangência, mensuração, apresentação e irrelevância.
- d) ocorrência, abrangência, existência, bens e direitos, mensuração, apresentação e relevância.
- e) mensuração, apresentação, divulgação, direitos e obrigações, limitação, investigação e confiabilidade.

48- Das atribuições adicionais do auditor independente, quando na execução de trabalhos de auditoria de empresas que tenham ações negociadas no mercado de valores mobiliários, não está previsto:

- a) verificar se as demonstrações e o parecer de auditoria publicados estão de acordo com as demonstrações auditadas e com o parecer emitido.
- b) verificar se as informações divulgadas no relatório da administração estão em consonância com as demonstrações auditadas.
- c) elaborar relatório sobre deficiências encontradas nos controles internos das companhias auditadas, informando à administração e ao Conselho Fiscal.
- d) verificar se as informações constantes da Demonstração do Fluxo de Caixa, bem como a estrutura utilizada correspondem à determinada pela CVM.
- e) verificar se a destinação dada ao resultado foi feita de acordo com o estabelecido na Lei 6.404/76, no estatuto da empresa e nas normas da CVM.

49- A CVM, no intuito de reduzir a possibilidade de comprometer a qualidade dos serviços de auditoria, em virtude do auditor manter a prestação de serviços a um mesmo cliente por período indeterminado, instituiu o rodízio das empresas de auditoria ao realizarem auditoria em companhias abertas. Assim, efetuado o rodízio, é permitido o retorno da empresa de auditoria ao mesmo cliente, após:

- a) 1 ano
- b) 2 anos
- c) 3 anos
- d) 4 anos
- e) 5 anos

50- A não-emissão da carta proposta pelo auditor é considerada, pelo Código de Ética do Contabilista,

- a) infração.
- b) erro.
- c) negligência.
- d) normalidade.
- e) fraude.

51- Ao selecionar a amostra, o auditor não deve considerar:

- a) sistematização
- b) materialidade
- c) casualidade
- d) experiência
- e) aleatoriedade

52- Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, na determinação da amostra para auditoria externa, devem ser considerados, no mínimo:

- a) população objeto da amostra, tamanho da amostra, risco de amostragem e fraude.
- b) tamanho da amostra, erro tolerável, tamanho da empresa e inadimplência.
- c) risco de amostragem, erro intolerável, erro esperado e manipulação.
- d) erro inesperado, risco de amostragem, tamanho da amostra e valores.
- e) estratificação da amostra, tamanho da amostra, erro tolerável e erro esperado.

- 53- A carta de responsabilidade deve ser emitida pelos administradores da empresa auditada e datada com:
- a) a mesma data das demonstrações contábeis elaboradas pela empresa.
 - b) a data em que a administração efetivamente emitir a carta e assinar.
 - c) a mesma data do parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis.
 - d) a mesma data da publicação das demonstrações contábeis nos jornais.
 - e) a data que a empresa de auditoria solicitar que seja emitida.
- 54- Dos objetivos a seguir relacionados, qual não corresponde aos objetivos do auditor na obtenção da Carta de Responsabilidade da Administração.
- a) Atender às normas contábeis geralmente aceitas.
 - b) Obter evidência auditorial por escrito.
 - c) Delimitar as responsabilidades do auditor e da administração.
 - d) Dar mais confiabilidade às informações verbais obtidas.
 - e) Atender às normas de auditoria independente.
- 55- A carta-proposta é o documento no qual o auditor formaliza as condições do trabalho a ser executado. Entre as assertivas a seguir apresentadas, qual não representa um item a ser considerado na carta-proposta.
- a) Descrição dos serviços a serem prestados.
 - b) O prazo estimado para realização dos serviços.
 - c) Os relatórios a serem emitidos para a empresa.
 - d) As condições de pagamento dos honorários.
 - e) Os testes de comprovação a serem realizados.
- 56- Ao determinar os honorários a serem pagos, o auditor externo deve considerar:
- a) o tipo de parecer a ser emitido à entidade auditada.
 - b) o conjunto de trabalhos de auditoria e consultoria prestados.
 - c) a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual ou habitual.
 - d) a limitação de acesso à documentação da entidade a ser auditada.
 - e) o impedimento pela empresa dos locais onde os serviços serão realizados.
- 57- Para o exercício da profissão, o auditor deve ter acesso a todos os documentos, fatos e informações da empresa. Assim, o sigilo deve ser mantido em diversas situações, exceto:
- a) na relação entre o auditor e a justiça.
 - b) na relação entre o auditor e a entidade auditada.
 - c) na relação entre os auditores e os órgãos fiscalizadores.
 - d) na relação entre o auditor e demais terceiros.
 - e) na relação entre os auditores.
- 58- O auditor externo, ao realizar procedimentos para constatação de eventos subseqüentes e constatar a existência de evento que altera substancialmente a situação patrimonial da empresa, deve:
- a) sempre ressaltar o parecer e exigir o ajuste das contas.
 - b) não se pronunciar por não fazer parte do período das demonstrações contábeis.
 - c) sempre emitir parecer adverso e solicitar a inclusão de notas explicativas.
 - d) elaborar notas explicativas e sempre ressaltar o parecer.
 - e) exigir o ajuste das contas ou a inclusão de notas explicativas.

59- A expressão a ser utilizada na elaboração do parágrafo de opinião do parecer sem ressalva, emitido pelos auditores independentes, sobre as demonstrações contábeis, para identificar que as demonstrações contábeis foram avaliadas e nelas foram aplicadas as Normas Brasileiras de Contabilidade, a legislação pertinente e os Princípios Fundamentais de Contabilidade previstos pelo CFC é, de acordo com:

- a) os princípios fundamentais de contabilidade.
- b) as normas brasileiras de contabilidade.
- c) os princípios contábeis geralmente aceitos.
- d) as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- e) as normas contábeis nacionais e internacionais aceitas.

60- O auditor, ao avaliar um empreendimento em fase pré-operacional, pode se confrontar com incertezas significativas, em razão dos gastos de instalação e das aquisições de ativos ainda não terem demonstrado sua capacidade de geração de lucros. Assim, o auditor, não deve considerar para decidir sobre a necessidade de modificar seu parecer:

- a) a adequação do capital de giro e disponibilidade de obtenção de capitais adicionais.
- b) o fluxo de caixa apresentado para o projeto.
- c) os eventos subseqüentes à data do balanço.
- d) a competência e experiência da administração.
- e) a capacidade de realização de ativos, principalmente os de vida longa.